

Rio de Janeiro

O governo mobiliza todas as forças, conselheiros e assessorias, do que pode dispor para o encontro previsto para a semana que vem, quando partidários do mandato quadrienal e do quinquenal deverão bater votos na Constituinte. Os ministros fardados, seis ao todo, embora o governo seja encabuladamente civil, perderam de todo a cerimônia e passaram a interferir no assunto diretamente e por intermédio de assessores, eufemismo com que se disfarçam agentes de pressão. O alibi utilizado pelos titulares das pastas é o de que ocupam cargos políticos e, portanto, podem falar livremente, como qualquer paisano. Mau disfarce: ao agir em bloco, dão intencionalmente feição corporativa ao que andam a dizer e, além disso, se opinassem como personalidades políticas, ninguém lhes daria grande importância, pois sua influência relativa só lhes advém dos cargos.

O ministro da Aeronáutica, celebrado por uma desajeitada troca de retratos que quase lhe custou o lugar, saiu-se com uma jóia de pensamento. Segundo ele, eleições presidenciais neste ano atrapalhariam a compatibilização da legislação à nova Lei Básica. E pergunta, ansioso: "Como governar se as leis ordinárias não se adequarem à nova Constituição?" Por essa lógica aérea, no dia seguinte à vigência da nova Carta, o país estará ingovernável, com eleições, ou sem elas. Ou será que a adaptação se dará

FORÇA DE PAULO

estalo? Mas, nesse caso, as urnas não atrapalhariam nada. Em que ficamos? Que retrato deixar na parede? Já o ministro do Exército tem visão diferente: segundo tem andado a dizer, se baixarem o mandato presidencial para quatro anos, o melhor será apagar a pedra e convocar eleições gerais. Ué! E como fica a compatibilização que o colega aviador acha condicionante?

Tudo isso se passa, por ambições desvairadas, medo do povo e fraquezas diversas, algumas cobráveis à própria Constituinte que foi lenta demais nos trabalhos, não reagiu às primeiras saliências de Sarney Costa e cedeu em muitos pontos em que não poderia ceder, inclusive aceitando a separação entre a lei e a ordem e animando, com isso, militares de formação autoritária à escalada de interferências como as que se desatam agora.

Na semana que vem, ou um pouco depois, deputados e senadores, demonstrarão ao que vieram ou deixaram de vir. Se atenderem ao que deseja o povo, alguns candidatos a tutores, em face de fatos reais, talvez verifiquem que falaram sem a necessária procuração. Pois ninguém, no momento, tem poder para desfechar um golpe de Estado e sustentar-se durante os desdobramentos que dele irão decorrer.

Newton Rodrigues

PFL em crise

O PFL mineiro vive uma crise de identidade que deriva em grande parte do esquema fisiológico montado para viabilizar a Aliança Democrática. No plano federal, o partido apóia o presidente da República e faz parte do governo; no plano estadual, opõe-se ao governador Newton Cardoso (PMDB), um dos mais importantes alicerces políticos de Sarney. Essa contradição gera um desconforto interno que só tende a se agravar com a aproximação de eleições. Foi o que se viu na semana passada, após a notícia de que o presidente regional do partido, Paulino Cícero, assumiria a Usiminas.

A indicação de um político do PFL para a Presidência dessa Siderúrgica controlada pelo governo federal, parte de uma ofensiva fisiológica da Presidência da República em busca dos cinco anos, estarreceu empresários de Belo Horizonte. Entre os deputados estaduais do partido, a reação negativa se deveu menos à inconveniência administrativa de se ignorar o critério profissional do que ao fato de essa nomeação reforçar os vínculos entre o PFL e o governo central.

A bancada estadual do PFL, segunda na

Belo Horizonte

Assembléia de Minas, faz dura oposição ao governo Newton e já se pronunciou repetidas vezes em favor do rompimento com Sarney. A rede de clientelismo sustentada pelo Palácio do Planalto, entretanto, alcança a ala federal do partido e o descontentamento registrado nas bases partidárias não reflete como deveria no Congresso constituinte.

"Somos governo, estamos no governo e temos que nos comportar como governo. A indicação para cargos federais em Minas passa por esta realidade" — declarou a um jornal de Minas o deputado federal Cristovam Chiaradia. É esta realidade que incomoda os estaduais, sem acesso ao Palácio da Liberdade e sem poder no Congresso para chegar às verbas, aos cargos e a todos os instrumentos que Sarney tem mobilizado para formar sua base de sustentação. Resta-lhes a companhia de uma população ansiosa por eleições.

Gutemberg de Souza